

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII - Nº 1.316 - BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 12 DE JUNHO DE 2001

FGTS

Comissão de Assuntos Econômicos do Senado vota hoje projeto que trata da reposição das perdas do FGTS.

PÁGINA 2

CIDADES

Preocupado com a má ocupação do solo, Mauro Miranda pede aprovação do Estatuto da Cidade.

PÁGINA 6

RODOVIAS

Nabor defende restabelecimento de fundo para recuperar rodovias e Ornélas aponta discriminação do Nordeste na distribuição de verbas.

PÁGINA 7

Começa a votação da LDO, que recebeu 2.787 emendas

Presidida por Carlos Bezerra, Comissão de Orçamento inicia hoje exame de substitutivo ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2002, apresentado pela relatora da matéria

PÁGINA 3

Jader desmente participação em venda de títulos

O presidente do Senado, Jader Barbalho, negou ontem, em pronunciamento no Plenário, qualquer envolvimento com a venda de títulos da dívida agrária (TDAs) emitidos de forma fraudulenta. Jader considerou leviana a matéria publicada no fim de semana pela revista *IstoÉ* com base em suposta conversa telefônica entre o advogado Gildo Ferraz, o

banqueiro Serafim Rodrigues de Moraes e sua mulher, Vera Arantes Campos. O presidente do Senado manifestou indignação contra o que considera uma campanha movida contra ele por parte da imprensa desde o ano passado. Por solicitação de Jader, o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, requisiu a instauração de inquérito policial contra a *IstoÉ*.



O senador Jader Barbalho leva ao Plenário do Senado...



...documentos e reportagens que utiliza em discurso

“*Para mim, está claro que o que foi montado foi uma forma de me chantagear, de me atingir, e por isso me senti no direito de requerer que seja instaurado inquérito*”

PÁGINA 4



Ao lado de José Dirceu e Tião Viana, Dutra (D) pede investigação de denúncia

Dutra quer reabrir processo sobre a violação do painel

PÁGINA 5

Comissão examina substitutivo à LDO

Deputada Lúcia Vânia, relatora do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, analisou um total de 2.787 emendas e acatou 888 para propor o novo texto

A Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, presidida pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), inicia hoje, às 14h30, o exame do substitutivo ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2002 apresentado pela deputada Lúcia Vânia (PSDB-GO), relatora da matéria. Para propor o novo texto, a deputada analisou um total de 2.787 emendas, das quais 1.828 ao projeto em si e 959 ao anexo de Metas e Prioridades apresentado pelo Executivo, e acatou 888 emendas, que correspondem a 32% do total.

Para permitir ao governo mais desenvoltura na busca de soluções contra a crise de energia, com novos investimentos, a deputada

adotou maior flexibilidade em relação à metodologia orçamentária apresentada na proposta original. Isso permitirá que a parcela de 0,4% do PIB (Produto Interno Bruto) que as estatais teriam de dar à formação do superávit primário possa ser convertida em investimento, compensada por novas estimativas de receitas das próprias estatais e acomodada na revisão de outros itens macroeconômicos, como crescimento do PIB, taxa esperada de câmbio e taxa de juros.

Em que pese essa mudança metodológica, basicamente nos con-



Carlos Bezerra preside a CMO, que inicia hoje o exame do substitutivo

ceitos de "margem de expansão bruta" e de "previsão de aumentos de arrecadação", a relatora manteve no substitutivo a meta de superávit primário fixada na proposta do governo, de 3% do PIB para o setor público consolidado, a ser atingido em 2002. Desse resultado positivo, a contribuição de estados e municípios continuou estimada em 0,6% do PIB.

A União continuará em 2002 a responder com 2,4% do PIB para a formação do superávit primário, vindo R\$ 26,4 bilhões (2% do PIB) do orçamento fiscal e da seguridade social e R\$ 5,28 bilhões

das empresas estatais.

O substitutivo de Lúcia Vânia reduz as contrapartidas para municípios de pequeno porte nos financiamentos oficiais e aumenta de 1% para 2% a parcela da receita corrente líquida destinada a compor a reserva de contingência (utilizada para cobrir imprevistos e também emendas de parlamentares). As emendas rejeitadas, explicou a deputada, foram principalmente as que não indicaram o programa pretendido ou visaram à criação de novos, não previstos oficialmente; e as que pretenderam a inclusão de ações não previstas no Plano Plurianual de Ação (PPA) do governo federal.

Amanhã as discussões prosseguirão na comissão, a partir das 9h.

CRE vota acordo de cooperação contra drogas

Projeto de decreto legislativo que aprova o texto do acordo firmado entre o Brasil e a Romênia sobre cooperação na área de combate à produção, uso, tráfico de drogas e farmacodependência deve ser votado hoje pela Comissão de Relações Exteriores, a partir das 17h30. O acordo foi celebrado em 1999, em Bucareste, e tem parecer favorável do senador Geraldo Cândido (PT-RJ).

Na mesma reunião, a CRE, presidida pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), aprecia ainda outros dois decretos legislativos: o que aprova o texto do acordo comercial celebrado entre o Brasil e a Indonésia e o que aprova o texto da convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a prevenção de acidentes industriais.

CPI das ONGs realiza reunião administrativa

A Comissão Parlamentar de Inquérito que apura denúncias a respeito de organizações não-governamentais (CPI das ONGs) tem uma reunião administrativa marcada hoje, logo após a ordem do dia do Senado. Ao contrário das outras reuniões da CPI, esta terá caráter reservado, para a discussão e votação de requerimentos e assuntos diversos.

Parlamentares debatem crise com técnicos

A Comissão Mista Especial destinada a estudar as causas da crise no abastecimento de energia no país tem reunião marcada para às 16h30 de hoje.

Estarão presentes à reunião o presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), Airson Bezerra Lócio; o presidente da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), Mozart Siqueira Campos Araújo, e o presidente da Valeexport, Aristeu Chaves.

A comissão tem como relator o senador Paulo Souto (PFL-BA).

CE aprecia 18 projetos de emissoras de rádio

Projetos de decreto legislativo que tratam da outorga e da renovação de serviços de radiodifusão sonora serão analisados hoje pela Comissão de Educação. Sete das emissoras de que tratam as propostas se situam no estado de Minas Gerais; cinco estão em São Paulo; uma no Paraná; uma em Santa Catarina; duas no Amazonas e outras duas em Alagoas. No total, são 18 propostas.

Durante as reuniões da CE, quando são realizadas discussões e votações de projetos dessa natureza, os relatores das matérias aproveitam o debate para prestar informações sobre as características geográficas, econômicas e até turísticas das cidades onde ficam localizadas as rádios. O presidente da comissão, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), encaminha os trabalhos de modo a priorizar os projetos cujos relatores se encontram presentes.

Por sua vez, os representantes dos partidos de oposição têm se absterido, sistematicamente, de votar esses projetos. Dessa maneira, conforme argumentam, procuram pressionar pela regulamentação do Conselho de Comunicação Social. Instituído pela Constituição de 1988, o conselho será constituído por representantes do governo e da sociedade civil. De acordo com a lei, o conselho deverá ser ouvido para a concessão de outorga ou renovação dos serviços de difusão de som e imagem.

Plenário discute criação de fundo para desenvolver a Amazônia Ocidental

O Senado realiza hoje a terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Jefferson Péres (PDT-AM) destinada a criar o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental. A idéia é que esse fundo vigore nos exercícios de 2001 a 2013, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico de municípios do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. A proposta será submetida à deliberação do Plenário depois de debatida em cinco sessões; se aprovada, começará o segundo turno, com três sessões de discussão antes da votação.

Os recursos desse fundo deverão ser aplicados em obras e programas compatíveis com a proteção do meio ambiente nos municípios des-

ses estados, exceto em suas capitais. Segundo Jefferson Péres, a proteção ao meio ambiente na Amazônia priva parte de sua população, particularmente a do interior, de seus meios de subsistência tradicionais. No entender do senador, essa renúncia econômica exige a adoção de políticas compensatórias que assegurem condições de sobrevivência da população, mediante a criação de alternativas de curto prazo.

Também hoje o Senado vota projeto autorizando a criação de Distrito Agropecuário no município de São João da Baliza (RR). Também decide sobre o texto da Convenção Interamericana para a Eliminação



Jefferson Péres quer compensar população do interior da Amazônia

de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, concluída por ocasião do XXIX Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA).

O Plenário vota ainda texto do Acordo sobre Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado em 1999 entre o Brasil e o governo da Ucrânia. E vota projetos concernentes à renovação de concessões para o funcionamento de dez emissoras de rádio.

Seminário no Rio de Janeiro reúne idéias para aperfeiçoar legislação



Na sequência de reuniões que realiza nos estados, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Futebol promove hoje, às 14h30, o seminário "Futebol e Legislação", na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). Na ocasião, serão ouvidos Valed Perry, jurista especializado em legislação desportiva, Fernando Capez, promotor de justiça, Walter Mattos, jornalista do

diário *Lance*, e o deputado estadual Roberto Dinamite, ex-jogador do Vasco da Gama.

No seminário, o presidente da CPI do Futebol, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), e o relator da comissão, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), pretendem colher sugestões para, nas conclusões da CPI, oferecer propostas de aperfeiçoamento da legislação sobre o esporte no Brasil. Na última semana, os integrantes da comissão promoveram o seminário no Recife e, até o fim do mês, reali-

zam o encontro em São Paulo (dia 19), em Curitiba (dia 22) e em Porto Alegre (dia 26).

Segundo o relator, durante essa fase de recolhimento de propostas será dada continuidade às investigações para que, em agosto, a CPI tome depoimentos considerados fundamentais. Após o recesso parlamentar de julho, estão previstas reuniões para tomar depoimentos do presidente do Vasco da Gama, deputado Eurico Miranda (PPB-RJ), do presidente da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, Eduardo Viana, e do presidente da Confederação Brasileira de Futebol, Ricardo Teixeira, entre outros.



Jader nega participação em caso de venda de TDAs

Afirmado que matéria da revista "IstoÉ" constitui represália de advogado, senador lembra que nem foi citado em inquérito sobre o caso

O presidente do Senado, Jader Barbalho, considerou leviana matéria publicada pela revista *IstoÉ* nesse final de semana, envolvendo o senador com a venda de Títulos da Dívida Agrária (TDAs) emitidos de forma fraudulenta. Ele negou ontem, em pronunciamento no Plenário, qualquer envolvimento no caso e lembrou que o inquérito instaurado em 1992 para apurar o episódio foi concluído sem que o seu nome tenha sido citado em qualquer momento.

A denúncia da *IstoÉ* foi baseada na gravação de conversa telefônica entre o subprocurador-geral da República aposentado Gildo Ferraz, o banqueiro Serafim Rodrigues de Moraes e sua atual mulher, Vera Arantes Campos (ex-corretora da Bolsa de Valores de São Paulo). O casal teria contado a Ferraz como pagou US\$ 4 milhões na compra de TDAs ao empresário Vicente de Paula Pedrosa da Silva. Segundo a revista, Vera teria visto cheque utilizado para fechar o negócio ser entregue a Jader Barbalho.

Outra matéria, publicada pelo *Jornal do Brasil* no domingo pas-

sado, também foi citada pelo senador. Segundo a reportagem, o próprio Gildo Ferraz negou ao procurador da República Luiz Augusto Santos Lima a gravação do telefonema divulgado pela *IstoÉ*. Segundo o procurador, Serafim Rodrigues também negou que tenha citado o nome de Jader como receptor do cheque correspondente a US\$ 4 milhões.

Considerando que a matéria publicada pela *IstoÉ* constitui uma represália, uma chantagem de Gildo Ferraz, Jader Barbalho informou que o procurador aposentado é advogado de uma causa no Fórum de Belém em que tenta provar que sua representada é filha do ex-proprietário da rede de televisão que hoje pertence à família do presidente do Senado. "Este advogado forçou por todos os meios que fizéssemos uma composição com vistas a que ele eliminasse a investigação de paternidade



Jader Barbalho: "Este advogado forçou por todos os meios que fizéssemos uma composição"

e nós pagássemos uma quantia elevada para encerrar o assunto."

Jader registrou que a própria desapropriação da Fazenda Paraíso, de propriedade de Vicente Pedrosa, foi iniciada e finalizada em períodos nos quais ele não era o ministro da Reforma Agrária. "Me limitei a encaminhar ao presidente da República o decreto que a declarou de interesse para a reforma agrária. O assunto já vinha tramitando em gestões anteriores e só foi concluído depois."

Senador aponta campanha na imprensa

Ao desmentir a matéria publicada na revista *IstoÉ* desta semana, segundo a qual teria participação na venda de Títulos da Dívida Agrária emitidos de forma fraudulenta, o presidente do Senado, Jader Barbalho, manifestou sua indignação contra o que considera uma campanha contra ele promovida por parte da imprensa. Jader lembrou que desde o ano passado, quando se envolveu em uma disputa com o então senador Antonio Carlos Magalhães, passou a ser tema do noticiário.

Vários casos nos quais alegar sido vítima de denúncias foram citados pelo presidente do Senado. Sobre o episódio de sua participação, quando governador do estado, no desvio de recursos do Banco do Estado do Pará (Banpará), Jader Barbalho registrou que o próprio relatório final emitido pelo Banco Central o excluiu

de qualquer envolvimento.

— Recentemente, a Procuradoria Geral da República emitiu parecer dizendo que pela sexta vez arquivou o assunto por não encontrar nenhum indício ou prova que possa me envolver no episódio que ocorreu 17 anos atrás — afirmou.

Sobre as irregularidades na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), Jader Barbalho destacou que setores da imprensa noticiaram que a divulgação do relatório com o resultado das investigações do Ministério da Integração Nacional estava sendo adiada porque apresentaria denúncias contra ele.

— Veio o relatório e não fui citado em nenhuma linha — registrou.

Jader também criticou as notícias de que sua mulher teria recebido R\$ 9,6 milhões para implantar um ranário e desviado parte do dinheiro, dizendo que ela recebeu R\$ 422 mil e que "o peque-

no ranário está lá devidamente implantado".

O senador falou ainda sobre notícia publicada ontem de que uma fazenda de sua propriedade teria sido grilada em 1930 e que ele seria interpelado judicialmente. "Em 1930 faltavam 14 anos para o meu nascimento, meus pais nem sequer tinham casado", comentou o senador, destacando que uma das pessoas que está dando entrevistas sobre o assunto é o advogado paraense Paulo Lamarão, que há alguns anos teria sido condenado e preso por tráfico de drogas.

"Isso tudo é uma canalhice que precisa ser esclarecida"

Em entrevista concedida ontem à imprensa, o senador Jader Barbalho ressaltou que se sente chantageado, uma vez que o advogado Gildo Ferraz, envolvido em denúncia divulgada pela revista *IstoÉ*, tem pendência judicial com o grupo empresarial ao qual é ligado no Pará.

— Para mim, está claro que o que foi montado foi uma forma de me chantagear, de me atingir, e por isso me senti no direito de requerer que seja instaurado inquérito para apurar essa chantagem — afirmou.

Jader acredita que a Polícia Federal tem todos os instrumentos necessários para esclarecer o assunto — inclusive o rastreamento do cheque que, segundo a denúncia, lhe teria sido entregue num hotel em São Paulo — e deveria fazê-lo "o mais rápido possível". Ele se dispôs a falar à polícia de imediato, em seu próprio gabinete, e informou já ter mantido contato nesse sentido com o diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, Agílio Monteiro Filho.

— Nunca me encontrei com o senhor Vicente Pedrosa num hotel em São Paulo. Isso tudo é uma canalhice, que precisa ser esclarecida rapidamente.

O presidente do Senado disse ainda que cabe ao Conselho de Ética

examinar o pedido de reabertura da investigação sobre o painel eletrônico feito pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), e que a Mesa só poderá manifestar-se depois da decisão do conselho. Ele rejeitou a sugestão de agir como Dutra, acusado, na mesma edição da *IstoÉ*, de ter sido conivente com a violação do painel.

— Isso não tem absolutamente nenhum cabimento. O ônus da prova cabe a quem acusa. O senador José Eduardo Dutra não deveria tomar essa providência, que considero um equívoco. Se a moda pega, basta acusar alguém para que este se imole publicamente, porque foi acusado — disse.

Jader também afastou a hipótese de vir a assinar pedido de CPI para investigar as denúncias a seu respeito.

— Não imagino abrir uma CPI para apurar um ridículo dessa natureza, que é facilmente apurável pela Polícia Federal. Me parece uma coisa óbvia; se alguém recebeu esse cheque, ele tem que aparecer. Não é o caso de instaurar CPI; seria transformar a CPI num instrumento fantástico de ação política. Estamos diante de um caso de polícia, e a polícia tem obrigação de esclarecer esse assunto — declarou.

Por solicitação de Jader, Brindeiro pede à PF abertura de inquérito



Geraldo Brindeiro solicita a inquirição de todos os envolvidos na reportagem da revista

Em resposta a ofício enviado pelo presidente do Senado, Jader Barbalho, na sexta-feira passada, o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, requisitou no dia seguinte ao diretor da Polícia Federal, Agílio Monteiro Filho, a instauração de inquérito policial contra a revista *IstoÉ*.

Na requisição à PF, Geraldo Brindeiro solicita a inquirição de todos os citados na reportagem da revista: o senador Jader Barbalho, a convite; o advogado Gildo Ferraz; Serafim Rodrigues de Moraes e sua esposa Vera Arantes Campos; advogado Oswaldo Chade; Vicente de Paula Pedrosa da Silva; um representante da Portus; e Antônio Cesar Pinho Brasil, Raimundo Hugo de Oliveira Picanço e Luiz Fer-

nando da Silva Muinho, ex-servidor do Incra.

O procurador também requer, além de outras providências que a PF julgar cabíveis, que sejam recolhidas todas as informações de ação penal movida pelo Ministério Público contra os ex-servidores do Incra; a requisição da fita de áudio do diálogo entre Gildo Ferraz e Serafim Rodrigues de Moraes, para perícia e degravação da íntegra de seu conteúdo; e a verificação da existência do suposto cheque do Bamerindus, e se ele foi descontado ou se está arquivado no processo judicial que apura a falsidade de TDAs.

No ofício enviado a Geraldo Brindeiro, o presidente do Senado afirma que a matéria da *IstoÉ* é "leviana, mentirosa e irresponsável" e aponta o advogado Gildo Ferraz como principal responsável na tentativa de envolvê-lo no episódio irregular de compra e venda de TDAs.

Tebet será um grande ministro, prevê Juvêncio

A indicação do senador Ramez Tebet para o Ministério da Integração Nacional foi elogiada ontem pelo senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS). Ele afirmou que o país vai ganhar um grande ministro, que irá atuar pela integração nacional, realizando uma grande administração à frente do ministério.

— Ramez Tebet tem no seu coração o Norte, o Nordeste, o Centro-Oeste, o Sul e o Sudeste. É um senador do humilde Centro-Oeste e tem sensibilidade para os problemas dos brasileiros de todas as regiões do país — afirmou.

O senador Juvêncio da Fonseca lembrou a preocupação de que Tebet não fosse confirmado para o cargo, porque se defendia a nomeação de um representante do Nordeste, e disse que não deve haver qualquer tipo de discriminação nessa escolha, seja por região de nascimento ou por representação eleitoral. O importante, observou, é que o detentor do cargo seja um brasileiro empenhado em resolver os graves problemas de diferenças regionais que afligem o país.

A trajetória política de Ramez Tebet foi ressaltada por Juvêncio da Fonseca. Ele lembrou que Tebet começou a carreira política muito



Juvêncio da Fonseca: Tebet tem sensibilidade para os problemas dos brasileiros de todas as regiões

jovem, tendo alcançado fama logo cedo como prefeito de Três Lagoas, quando a cidade foi centro de atenções pela sua brilhante administração. Juvêncio recordou também as importantes missões que Tebet executou no Senado, à frente de tarefas difíceis como a presidência da CPI do Judiciário e a do Conselho de Ética.

— Em todos os lugares por que passou, Ramez Tebet deixou sua marca de homem capaz de realizar, ponderado, disciplinador, e que não esconde a vontade de servir — ressaltou o senador, afirmando que o povo de Mato Grosso do Sul e do Centro Oeste “está radiante de alegria, porque se fez justiça ao povo dessa região, indicando para o Ministério da Integração Nacional uma de suas melhores inteligências”.

Jucá propõe registro de “sites” voltados para sexo e violência

Projeto de lei apresentado pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR) obriga o registro, junto ao Comitê Gestor Internet Brasil, de nomes de domínio que pretendam veicular conteúdos relacionados a sexo ou violência. De acordo com a proposta do parlamentar, os requerentes que pretendem sediar subdomínios, divisões, sites ou páginas com esses temas devem acrescentar aos nomes dos endereços pretendidos a extensão .sexo, .viol ou .sexviol, no caso de veiculação de conteúdos das duas naturezas. O projeto de lei estabelece que o não cumprimento dessas obrigações levará ao enquadramento no crime de falsidade ideológica. A matéria está tramitando na Comissão de Educação (CE) em caráter terminativo.

— O projeto não tem o objetivo de cercear a liberdade reinante nesse espaço virtual, mas de prover o poder público de mecanismos de identificação de conteúdos considerados restritos à faixa adul-

ta, com o objetivo de facilitar a criação de filtros por parte dos pais e mestres, como também à identificação e responsabilização de eventuais delitos — afirmou o senador.

A Internet interliga milhões de computadores em todo o mundo e tem a virtude de colocar ao alcance do cidadão comum uma grande quantidade de informações de todas as áreas, lembrou Jucá. Essas informações retratam a atual sociedade com fidelidade, uma vez que se pode entender a geração de hoje a partir de uma análise de conteúdo do material veiculado na rede mundial, observou.

— Infelizmente, essa análise de conteúdo também dirá de nossas deficiências, pecados e taras. Ali aparecem, lado a lado com o que há de mais elevado nas ciências e nas artes, as piores práticas, os mais diferentes gostos e opções existenciais, disponibilizados na forma de propostas, propaganda ou de simples material de consumo — disse.

Dutra quer reabrir processo sobre violação do painel

Líder do Bloco Oposição vê tentativa de envolver o PT na “vala comum” da corrupção. “Não vou deixar que essa situação fique em aberto”, afirma

O líder do Bloco Oposição, José Eduardo Dutra (PT-SE), solicitou ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado a reabertura das investigações sobre a violação do painel de votações. Apontado pela revista *IstoÉ* como suposto cúmplice da violação, Dutra quer que o conselho envie requerimento à Mesa do Senado pedindo o desarquivamento do processo. Além disso, ele enviará nos próximos dias requerimento ao Ministério Público solicitando a apuração de responsabilidades criminais no episódio.

— Não vou deixar que essa situação fique em aberto. Quero que o conselho se reúna até o dia 30 de junho — disse o senador, prometendo obstruir as votações no Congresso, inclusive da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o que impediria o início do recesso parlamentar de julho, até que o Conselho de Ética se pronuncie sobre o assunto.

No requerimento ao conselho, Dutra relata sua participação no processo que culminou com a renúncia dos ex-senadores José Roberto Arruda e Antonio Carlos Ma-

galhães. Ele lembra também o depoimento dado durante as investigações, no qual afirmou não ter visto nenhuma lista com os votos dos senadores na sessão de cassação de Luiz Estevão. “Nenhum ponto das declarações mereceu reparos ou foi contraditado por quem quer que seja”, salienta.

— Não tiveram coragem de fazer a acusação durante o devido processo e usam da clandestinidade para lançar suspeitas sobre mim — afirmou o líder da oposição, salientando que se o processo, por razões regimentais, não puder ser reaberto, solicitará a instalação de outro no Conselho de Ética, tendo como ponto de partida a reportagem da revista *IstoÉ*.

O líder da oposição disse que as denúncias que o vinculam à violação do painel são motivadas por uma tentativa da base política do governo de envolver o PT na “vala comum” da corrupção. “As denúncias não têm consistência e atendem



Dutra pretende que o Conselho de Ética se reúna até o dia 30

aos interesses da base do governo, que, depois de perder Antonio Carlos Magalhães e seu líder no Senado e assistir ao envolvimento do presidente do Congresso, faz acusações covardes, já que ninguém tem coragem de aparecer”, disse.

Dutra tratou do assunto ontem, em entrevista coletiva, com a presen-

ça do senador Tião Viana (PT-AC) e dos deputados José Dirceu, presidente nacional do PT, e Walter Pinheiro, líder do partido na Câmara. Ele negou que haja qualquer acordo “para poupar de investigações o presidente do Senado, Jader Barbalho”. Conforme Dutra, o PT se dispõe a assinar qualquer requerimento para apurar denúncias envolvendo Jader. Por enquanto o partido continuará se dedicando a conseguir a assinatura que falta para a instalação da CPI da Corrupção, que tem entre as suas motivações a apuração de denúncias que envolveriam o presidente do Senado.

Lúcio Alcântara destaca a obra de Maria Clara Machado

Na esteira de uma série de manifestações pelo país em torno da morte de Maria Clara Machado, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) prestou homenagem à criadora e dirigente do Teatro Tablado, do Rio de Janeiro. A artista, segundo Alcântara, foi a “fada madrinha” do Brasil e verdadeiro “divisor de águas” no teatro infantil.

O parlamentar disse que o Brasil “perdeu um pedaço de sua alma” com o falecimento de Maria Clara Machado, vitimada por um câncer linfático. Ele relembrou sua trajetó-

ria, desde a ida para a Europa, onde estudou teatro em Paris e Londres, até a volta ao país, em 1951, para fundar o hoje famoso Teatro Tablado, bem como sua contribuição à formação de inúmeras gerações de artistas e ao desenvolvimento e modernização do teatro infantil.

Alcântara cita uma definição da revista *IstoÉ* para situar a importância do teatro criado por Maria Clara Machado: “caldeirão cultural de criatividade e revelação de talentos”. E lembra: “De lá saíram para os palcos e outras formas de comu-



Alcântara: Maria Clara foi a “fada madrinha” do Brasil

nicação artística incontáveis nomes conhecidos do grande público, como Marieta Severo, Hildegard Angel, Louise Cardoso, Lucélia Santos, Regina Casé, Miguel Falabella, Malu Mader, Lúcia Veríssimo”.

Com mais de 30 peças infantis escritas, entre elas *Pluft, o fantasminha*, Maria Clara trabalhou como atriz, diretora e autora, tendo contribuído para a formação de mais de cinco mil atores, recordou Lúcio Alcântara.

Francelino registra Festival de Curtas-Metragens de Belo Horizonte

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) registrou a realização do III Festival Internacional de Curtas-Metragens de Belo Horizonte. O senador informou que foram inscritos 344 filmes, dos quais 135 exibidos gratuitamente em três cinemas da capital mineira.

Na mostra competitiva oficial, disse Francelino, concorreram 14 cur-

tas nacionais e 36 estrangeiros. O senador destacou ainda a realização das mostras Paralela Brasil e Paralela Minas, com 27 filmes.

Francelino Pereira ressaltou que a programação do festival incluiu também três retrospectivas: Uma Vez Kieslowski, com oito curtas de Krzysztof Kieslowski; Retrospectiva Ivan Cardoso, homenageando o cri-

ador do terror com comédia, e Beneditos do Carlão, com apresentação de 11 filmes de Carlos Reichenback.

O festival de Belo Horizonte, informado Francelino Pereira, é promovido pela Fundação Clóvis Salgado, pela Associação Pró-Cultura do Palácio das Artes, pela Secretaria Municipal de Cultura e pela empresa Zeta Filmes.

Mauro defende aprovação do Estatuto da Cidade

Senador diz que esse é o assunto mais importante atualmente discutido na Casa e prevê que sua transformação em lei influenciará positivamente a qualidade de vida de toda a população

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) defendeu em Plenário, ontem, a aprovação do Estatuto da Cidade, previsto pela Constituição Federal. Ele apontou para a expansão das cidades brasileiras — onde vivem 80% da população —, que estariam mergulhadas em inúmeros problemas relacionados com a má ocupação do solo e o péssimo gerenciamento urbano.

Mauro Miranda defendeu a idéia da sustentabilidade urbana, com a preservação do meio ambiente. De acordo com o senador, o Estatuto da Cidade trata de questões como a escassez de moradia, a precariedade do sistema de transportes e dos serviços de saneamento e energia elétrica, além do crescimento



Mauro chama atenção para os problemas das cidades brasileiras

dos índices de violência e desemprego. O senador por Goiás mencionou também o déficit de cinco milhões de moradias.

O senador afirmou que o Estatuto da Cidade é o assunto mais importante atualmente discutido no Senado, e que influirá positivamente na qualidade de vida de todo

o povo brasileiro.

— No Estatuto da Cidade, são regulados temas como a garantia a cidades sustentáveis, com o planejamento urbano, a oferta adequada de equipamentos urbanos e rurais e a produção de bens e serviços no limite da sustentabilidade ambiental — disse, apontando também para a gestão democrática, instituída pelo estatuto, e a cooperação entre os

governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade.

Segundo o senador, que foi o relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais, o estatuto define bases para a regularização fundiária e para a proteção do meio ambiente natural e do patrimônio cultural. Cidades com mais de 20 mil habitantes contarão, obrigatoriamente, com um plano diretor.

Em aparte, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) elogiou o Estatuto da Cidade, que é um projeto de autoria do falecido senador Pompeu de Sousa. O senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) saudou o trabalho de Mauro Miranda na relatoria do projeto no âmbito da CAS. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) destacou a importância do Estatuto da Cidade e lamentou que a matéria, “tão importante para o país, tenha ficado tanto tempo engavetada no Congresso”.

Eduardo propõe uso consciente de recursos naturais

A exploração racional e consciente dos recursos naturais foi defendida pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) por ocasião do Dia Internacional do Meio Ambiente. A compatibilidade entre a ocupação da terra e o uso dos recursos naturais, entende o senador, envolve o conhecimen-

to da natureza, a disponibilidade de tecnologias adequadas de manejo e de uso de recursos naturais e a consciência ecológica, que transforma a preservação ambiental em uma das mais novas questões éticas.

Esses pressupostos, afirmou Eduardo Siqueira Campos, preci-

sam ser respaldados por toda uma estrutura técnica e jurídica, que deveria ser uma preocupação constante dos governos, das universidades, da imprensa, das empresas e da sociedade.

O senador lembrou que em 1995 o governador do Tocantins unificou as secretarias de Planejamento e do Meio Ambiente, que passaram a constituir o Sistema Estadual de Planejamento e Meio Ambiente, levando a questão ambiental para o centro da formulação de estratégias governamentais. Ele também citou a criação pioneira do curso de Engenharia Ambiental na Unifins.

Para ressaltar a importância da preservação ambiental, Eduardo Siqueira Campos lembrou que nos últimos 50 anos o homem destruiu mais de 30% dos recursos naturais disponíveis no planeta e, desde o início da história da humanidade até os dias atuais, 50% dos recursos naturais da Terra foram destruídos.



Eduardo cita exemplos do Tocantins

Lúdio elogia contribuição popular para o racionamento

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) destacou ontem, “com orgulho e satisfação”, o esforço da



família brasileira para controlar os gastos de energia a pedido do governo. Definindo a atitude do povo como patriótica, Lúdio disse que os brasileiros entenderam que não se trata de um problema do governo Fernando Henrique Cardoso e sim da própria família brasileira. “Tivemos equívocos de governos passados e, acima de tudo, um problema climático acima de nossas forças”, disse.

Na opinião de Lúdio Coelho, que retornou ao Senado após licença médica, há discursos pessimistas dizendo que o país ficará sem água, sem estradas, sem luz. “O Brasil terá água, estrada, energia elétrica e segurança do tamanho de sua receita”, afirmou. Além disso, o senador disse não ter visto proposta consistente de redefinição do uso de recursos para refinanciamento da dívida pública.

Lúdio também clamou o Congresso

Nacional a votar o mais rápido possível a reforma política, uma vez que a atual estrutura partidária, na sua opinião, dificulta a realização de acordos e não é compatível com uma gestão democrática. “Muitos partidos e muita negociação implicam prejuízo à causa pública”, afirmou.

Em aparte, o senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) disse que a solidariedade demonstrada pela população ao colaborar com o racionamento é uma riqueza nacional. Já o senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou ser otimista com o país, mas avaliou que o governo está exigindo muitos sacrifícios do povo para cumprir acordos de pagamento da dívida externa.



Lúdio Coelho retornou ao Senado após licença médica

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que o governo cometeu equívoco ao privatizar as distribuidoras de energia existentes sem exigir que as empresas compradoras gerassem mais energia e, ao mesmo tempo, proibir as empresas estatais de investir no setor.

Iris faz apelo a Alckmin para não prejudicar hidrovias

A notícia de que o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, pretende fechar o canal Pereira Barreto para aumentar a produção de energia elétrica em 800 megawatts em três usinas hidrelétricas levou o senador Iris Rezende (PMDB-GO) a fazer um apelo ao governador, alertando-o de que está “cometendo um equívoco imperdoável”.

Iris disse que Alckmin não tem o direito de governar pensando apenas em São Paulo, “tem que pensar no Brasil, entender o espírito federativo e não deixar empresas e produtores rurais abandonados à própria sorte”. Segundo ele, o governo de Goiás aliou-se a empresários e produtores rurais para investir cerca de US\$ 2 bilhões em infra-estrutura para viabilizar a hidrovias Paranaíba/Tietê/Paraíba, responsável pelo escoamento de 1,5 milhão

de toneladas/ano das safras de soja e de milho produzidas no sudoeste goiano. Ele explicou que a hidrovias permitiu uma redução no frete de quase 50%, possibilitando ao produtor goiano concorrer em preço com produtores do Sul e Sudeste.

Para o senador, o fechamento do canal Pereira Barreto pode causar graves prejuízos a Goiás, como já está causando a proibição do uso em São Paulo de amianto goiano, a despeito de relatório elaborado pela Unicamp isentar o produto de prejuízo à saúde.



Iris Rezende teme prejuízos graves para Goiás

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — *As Cores do Brasil* — Sergipe
6h30 — *Cidadania* — A sen. Emilia Fernandes e o embaixador da Unesco no Brasil, Jorge Werthein, falam sobre o Projeto Escola da Paz
7h30 — *Entrevista* — O sen. Arlindo Porto fala sobre a contribuição da previdência rural
8h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
8h30 — *Saúde/Unip* — Todo o poder às mulheres
9h — *As Cores do Brasil* — Rio Grande do Norte
9h30 — *Entrevista* — A sen. Maria do Carmo fala sobre a seca do Nordeste
10h — Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)
Logo após — Comissão de Educação (gravado)
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — Comissão Mista do Apagão — Audiência Pública com Airson Bezerra Lócio, presidente da Codevasf; Mozart de Siqueira Campos Araújo, presidente da Chesf; Aristeu Chaves, presidente da Valeexport (gravado)

21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado

21h30 — Comissão de Assuntos Econômicos — Sabatina de Ronaldo Porto Macedo Jr. para conselheiro do Cade. (gravado)
Logo após — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviços
8h — *Senado Primeira Hora*
As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Música e informação
10h — Comissão de Assuntos Econômicos
14h15 — *Senado Notícias*
14h30 — Sessão Plenária do Senado
19h — *A Voz do Brasil*
20h — Música e informação
22h — *Senado Notícias* — Edição da noite
23h — *Jazz e Tal*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Osmar quer destinar bens apreendidos a hospitais públicos

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) apresentou projeto para que os bens apreendidos de traficantes de drogas sejam também cedidos a órgãos do sistema de saúde, tais como hospitais públicos. Conforme legislação em vigor, esses bens são encaminhados a órgãos policiais e militares. A proposta foi encaminhada, em caráter terminativo, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Na justificativa da proposta, Osmar Dias alega que muitos dos bens apreendidos, tais como aeronaves de pequeno porte, poderiam ser de grande utilidade se cedidos a hospitais da rede pública, pois facilitariam o transporte de pacientes e médicos a locais de difícil acesso. Essas pequenas aeronaves, acrescenta, poderiam também ser aproveitadas em serviços agrícolas.

Eduardo destaca qualidade de vida em Palmas

A cidade que "mais cresce no país", com uma expansão anual da ordem de 25%. Essa é a realidade de Palmas, capital do Tocantins, segundo o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), que registrou a passagem do 12º aniversário da cidade, ocorrido em 20 de maio último, e destacou a "excelente qualidade de vida de sua população, que tem mais de quatro milhões de metros quadrados de pavimentação asfáltica e dispõe de ampla rede de águas pluviais e de esgotos".

O parlamentar lembrou que foi o primeiro prefeito eleito de Palmas, que tem hoje mais de 137 mil habitantes e se transformou no maior centro de consumo do estado do Tocantins.

Patrocínio sugere homenagem a ex-secretário do TO

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) apresentou projeto, que tramita na Comissão de Educação, denominando Rodovia Paulo Curado o trecho da BR-235 que liga a BR-153 à cidade tocantinense de Pedro Afonso. A proposta tem como relator o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO).

Paulo Curado chegou ao Tocantins em 1980 e foi, conforme o senador, um dos primeiros a acreditar no potencial do estado. Curado ocupou os cargos de secretário da Agricultura, membro e conselheiro das federações estaduais da Indústria e da Agricultura do Tocantins.

Nabor propõe a volta do imposto sobre combustível

O restabelecimento do Fundo Rodoviário Nacional, afirmou o senador, servirá para financiar a recuperação das rodovias brasileiras

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) alertou ontem para a "quase falência" das estradas rodoviárias no Brasil. Para impedir que a crise do setor venha a ser semelhante à da energia elétrica que o país enfrenta neste momento, ele defendeu o imediato restabelecimento da vigência do Fundo Rodoviário Nacional, imposto vinculado à venda de combustíveis extinto pela Constituição de 1988.

Nabor explicou que o fundo era diretamente empregado na construção e conservação das estradas, sendo um "imposto justo" porque cobrava dos proprietários dos veículos automotores, aqueles a quem a melhoria das estradas iria beneficiar.

Para o senador, é urgente que se tomem providências para socorrer as rodovias no país, para que ninguém, mais tarde, venha a dizer que "era imprevisível" a falência completa do sistema rodoviário federal, a exemplo do que o governo afirma, agora, sobre a falta de energia elétrica.

Nabor Júnior citou palavras do



Nabor Júnior considera o fundo um "imposto justo", pois é pago por quem utiliza as rodovias

ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, alertando que, se o Brasil não investir maciça e urgentemente no setor rodoviário, já nos próximos meses o país estará enfrentando um "apagão das estradas". O senador considera que o governo foi omissivo em relação às advertências dos técnicos do setor elétrico, e perguntou: "Vamos errar de novo?"

O senador pelo Acre citou estudo do Ministério dos Transportes mostrando que, em 2000, o caos

nas rodovias fez aumentar o número de acidentes em 50% e elevar o consumo de combustíveis em 58%. "O estudo conclui que muitas das 6.500 mortes ocorridas nas estradas federais poderiam ter sido evitadas", disse Nabor.

Em aparte, o senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) enfatizou que o Brasil está sendo tragado pelas emergências. "É preciso restaurar o planejamento público, antes que, depois do apagão, venha o buracão", advertiu.

Ornélas cobra investimento em rodovias do NE

O senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) protestou contra a discriminação do Nordeste, pelo governo, na aplicação de verbas para recuperação de rodovias federais. Apesar da falta generalizada de recursos, ele observou que as regiões Sul e Sudeste vêm sendo beneficiadas, permitindo, por exemplo, a duplicação da São Paulo-Belo Horizonte, melhoria dos trechos de rodovias que se direcionam à Argentina e Uruguai e a construção de grande anel rodoviário em São Paulo.

Ante o recente anúncio de que o Ministério dos Transportes vai receber R\$ 180 milhões para recuperação da malha rodoviária, o senador disse esperar que a Bahia não continue sendo preterida. "A Bahia está literalmente abandonada pela inação do Ministério dos Transportes." Waldeck Ornélas citou trechos de onze rodovias federais praticamente intransitáveis no seu estado, dois deles — nas



Segundo Ornélas, o Nordeste é discriminado na destinação de recursos para estradas federais

duas estradas conhecidas como Rio-Bahia (BR-101 e BR-116) — importantes para o tráfego nacional de mercadorias.

Na avaliação do senador, as empresas privadas não se interessam em explorar rodovias no Nordeste, como acontece no Sul e Sudeste. Por isso, ele considera ser obrigação do Executivo federal manter em bom estado as estradas da

região. Devido ao que ele chamou de "descaso e discriminação" do Ministério dos Transportes, o governo baiano vem assumindo a pavimentação e recuperação de rodovias federais, informou.

Segundo ainda Waldeck Ornélas, os motoristas têm evitado as rodovias federais na Bahia, procurando as estradas estaduais, o que reduz a vida útil dessas estradas pelo excesso de carga. Ele sugeriu que a União tome empréstimos externos para manutenção, restauração e complementação da malha rodoviária do Nordeste.

— Saiu na imprensa do fim de semana que o ministro dos Transportes alertou que estamos prestes a ter um "apagão" das estradas. Melhor seria dizer um "buracão" das estradas. No entanto, com o anúncio da liberação de R\$ 180 milhões, não haverá mais a desculpa de que o problema é a falta de verbas, e o Nordeste não aceita mais ser preterido.

Ademir atribui sucateamento a acordo com FMI

A falta de energia elétrica e o sucateamento das estradas são indicadores de como a política econômica do governo Fernando Henrique, conduzida pelo ministro Pedro Malan, "está colocando o país à beira da falência", alertou ontem o senador Ademir Andrade (PSB-PA). Ele atribuiu ao acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1999 — e à prioridade colocada na geração de superávits primários e ao pagamento da dívida pública — as restrições impostas aos investimentos governamentais em setores básicos, como energia e rodovias.

Ademir mencionou que já apontou várias vezes os malefícios do acordo com o FMI, alertas que sempre foram tidos como "sem base" pelo governo. Agora, frente à crise de

energia, o próprio governo pede ao Fundo que os investimentos das estatais não sejam considerados despesas correntes do setor público e não tenham, assim, impacto sobre o resultado primário. "Não temos liberdade



Ademir: CPI da Corrupção pode reverter quadro

de gastar como queremos aquilo que arrecadamos da sociedade brasileira", constatou.

Para o senador, esse quadro poderia ser revertido com a instalação da CPI da Corrupção que, na sua opinião, o governo tanto teme.

Ademir Andrade disse que o aumento da dívida pública para mais de 50% do PIB e a perspectiva de que aumente ainda mais exigem mudança. Nos últimos doze meses, ressaltou, o governo gerou um superávit primário de R\$ 44 bilhões, aos quais se somaram R\$ 56 bilhões de mais dívida, para cobrir R\$ 100,2 bilhões pagos em juros da dívida pública interna.

O efeito desses números pode, conforme Ademir, ser verificado em relatório do Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro (Siafi) publicado pelo jornal *O Globo*: dos R\$ 5,2 bilhões em recursos previstos no orçamento da União para infra-estrutura, foram liberados apenas 3,31%, ou seja, R\$ 172,9 milhões.

Patrocínio cobra verbas para qualificação profissional

Segundo o senador, é necessário que recursos do FAT destinados ao treinamento do trabalhador sejam liberados no início de cada ano, e não apenas no segundo semestre, como vem ocorrendo atualmente

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) fez apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso, ao ministro do Trabalho e Emprego, Francisco Dornelles, e aos gestores do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para que criem mecanismos a fim de liberar regularmente os recursos destinados a programas de qualificação profissional no início de cada ano. Carlos Patrocínio explicou que a liberação das verbas só ocorre no segundo semestre de cada ano, prejudicando desempregados e trabalhadores que precisam de treinamento.

O senador criticou a demora do governo na liberação dos recursos, ressaltando que os programas de qualificação profissional têm validade reconhecida, dispõem de normas para o funcionamento das parcerias e possuem mecanismos de contratação



Para Carlos Patrocínio, a demora na liberação de recursos tem prejudicado trabalhadores

estabelecidos, regras claras de prestação de contas e avaliações periódicas, inclusive auditorias.

— Quem está desempregado não

pode esperar um semestre para se qualificar melhor e disputar uma vaga. Quem quer melhorar sua posição no trabalho e depende de um curso ou treinamento não pode ficar esperando tanto tempo — ressaltou o senador.

O Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor), coordenado pelo Ministério do Trabalho com recursos do FAT, funciona desde 1995 e, por não ter caráter federal, embora seja nacional, apresenta uma política descentralizada, que possibilita parcerias com entidades da sociedade civil — como sindicatos, federações e universidades federais. Conforme relatório gerencial do Planfor e considerando a atuação de agências como o Senac, Senai e escolas técnicas, disse, 22,5 milhões de pessoas foram beneficiadas pelas atividades de qualificação de 1995 a 1998.

Jucá quer recursos do ITR na desapropriação de terra

Ao comentar as modificações introduzidas no Imposto Territorial Rural (ITR), o senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse que a função mais importante do tributo — aumentar a arrecadação sobre o latifúndio improdutivo e utilizar os recursos em programas de reforma agrária — está comprometida pela inexistência de mecanismos constitucionais e legais que vinculem algum percentual da arrecadação aos procedimentos de desapropriação por interesse social.

O senador afirmou que pretende promover estudos jurídicos sobre o assunto.

Jucá enfatizou que a vinculação entre a destinação dos recursos do ITR e programas de reforma agrária permitiria aumentar o ritmo das desapropriações, de investimento em infraestrutura básica e do fornecimento de crédito aos assentados, além de intensificar ações de pesquisa, desenvolvimento tecnológico, apoio mercadológico e incentivo ao cooperativismo.

O senador ressaltou também que as mudanças determinando a alíquota do ITR apenas pelo tamanho do imóvel e grau de utilização da terra, além das altera-

ções quanto à forma de cobrança, da modalidade do lançamento por declaração para o auto-lançamento, transformaram o imposto numa ferramenta política importante na missão de desconcentrar a posse da terra e estimular sua utilização produtiva para a geração de riqueza.

A isenção do ITR para as áreas de reserva legal, de preservação permanente e de uso limitado, acrescentou o senador, passou a depender de ato declaratório do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para obtenção do benefício fiscal, diminuindo drasticamente a incidência de tal regalia.

Outra atribuição do ITR apontada por Jucá é a redução do preço da terra. Ele explicou que a efetiva cobrança do imposto diminui a utilização especulativa da área, reduzindo, conseqüentemente, seu preço de mercado.

O senador informou também que a deficiência do ITR em termos de arrecadação não se deve à Receita Federal, responsável pela operação e fiscalização da cobrança, mas sim à ineficiência dos sistemas de cadastro e registro de imóveis rurais.

Tuma propõe homenagem a Omar Fontana



Tuma: pioneirismo de Fontana deve ser reconhecido

Projeto de lei apresentado pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), em tramitação na Comissão de Educação, muda o nome do Aeroporto Internacional de São Paulo, atualmente conhecido como Congonhas, para Aeroporto Omar Fontana.

Na justificativa, Tuma argumenta que Fontana, advogado e piloto brasileiro, é merecedor da homenagem e reconhecimento em virtude das ações de pioneirismo e lutas em favor da aviação comercial no Brasil.

Omar Fontana, que faleceu em 8 de dezembro de 2000 aos 73 anos, fundou, em 1955, a empresa Sadia S.A. Transportes, que na década de 70 passou a se chamar Transbrasil. Até poucos anos, disse Tuma, era comum encontrar Omar pilotando os aviões da companhia que criou.

CCJ aprecia aumento do tempo mínimo de pena

Tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto que visa ampliar o tempo mínimo de cumprimento de pena em regime fechado de um sexto para um terço. O senador Arlindo Porto (PTB-MG), autor da proposta, considera a Lei de Execução Penal, no que se refere à progressão da pena, excessivamente benevolente com o criminoso.

O projeto abrange casos de crime praticado mediante uso de violência ou com ameaça à mão armada. Inclui também os casos de soma ou unificação de penas em que ao menos um dos delitos foi cometido nessas condições.

A insegurança e a insatisfação da sociedade, conforme o senador, aumentam diante do fato de criminosos de alta periculosidade poderem, após o cumprimento de um sexto da pena, gozar dos benefícios do regime semi-aberto



Arlindo Porto considera a Lei de Execução Penal excessivamente benevolente

e voltar ao convívio social.

O senador Arlindo Porto acredita que o projeto aperfeiçoará a Lei de Execução Penal, uma vez que aumentará o tempo mínimo de prova, para progressão da pena, mantendo o presidiário “mais tempo afastado da sociedade”. O relator do projeto é o senador Francilino Pereira (PFL-MG).

PEC de Álvaro Dias facilita homologação de divórcio

A dificuldade para formalizar a separação ou divórcio, enfrentada por brasileiros que moram no exterior, levou o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) a apresentar proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite ao Supremo Tribunal Federal (STF) delegar aos juízos federais de primeira instância a homologação de sentença estrangeira relativa a esses casos.

Segundo o senador, os procedimentos necessários são “extremamente solenes”, pois a homologação é feita pela mais alta Corte do país. “E também são extremamente caros, porque se trata de uma

ação judicial com custas processuais, honorários de advogados e, principalmente, despesas de deslocamento e estada na capital federal, onde tem sede o STF”, acrescentou.

Para Álvaro, a medida permitirá o ajuizamento de ações dessa natureza nos estados da Federação em que residam os interessados, se já tiverem retornado ao país, ou por familiares que possam representá-los. O senador entende que, com a economia de tempo, o STF poderá debruçar-se sobre temas de maior importância.



Álvaro: há dificuldades para homologar as separações ocorridas no exterior